

A TRADUÇÃO DAS FONTES MEDIEVAIS: UM DILEMA PARA O PESQUISADOR MODERNO?

LUKAS GABRIEL GRZYBOWSKI - DANIELE GALLINDO G. SILVA

(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS)

lukasgg@gmail.com

danigallindo@yahoo.de

Resumen

En función de las discusiones teóricas en torno a la ciencia lingüística de la traducción, demostraremos el proceso por el cual se ejecuta tal traducción y las implicaciones que ella supone para el trabajo con el texto traducido. Señalaremos, con diversos ejemplos de traducciones, los peligros de usar esos ejemplos en la investigación histórica. De esta manera, cuestionaremos la validez del uso de las traducciones de textos medievales en la pesquisa científica. Partimos de la hipótesis de que las traducciones constituyen un texto intrínsecamente distinto al original y, por tanto, no se deben emplear como medio para el análisis de los documentos históricos. Finalmente, concluimos en afirmar que, si bien las traducciones son vehículos importantes para la divulgación de textos antiguos para el gran público, no son medios viables para la práctica histórica.

PALABRAS CLAVE: Traducción – Investigación histórica – Fuentes medievales

Resumo

Com base nas discussões teóricas em torno da ciência linguística da tradução, demonstramos o processo pelo qual a tradução ocorre e as implicações que ele traz para o trabalho com o texto traduzido. Demonstramos com diversos exemplos de traduções os perigos do emprego dessas na investigação histórica. Dessa forma, questionamos no presente artigo a validade do emprego de traduções de textos medievais no contexto da investigação histórica. Partimos da hipótese de que as traduções constituem um texto intrinsecamente distinto do texto de partida e, portanto, não se devem empregar como meio para a análise dos documentos históricos. Finalmente, concluimos que, embora as traduções sejam importantes veículos na divulgação de textos antigos diante do grande público, não são meios viáveis para a prática da pesquisa histórica.

Summary

Based on some theoretical discussions of the linguistic science of translation, we demonstrate the process by which translation occurs and the implications it brings to the work with the translated text. We also show through several examples the dangers of using translations in the context of historical research. Therefore, we question the validity of the use of translations of medieval texts in the context of historical research. We begin with the hypothesis that translations are a text intrinsically distinct from the source text and, therefore, should not be used as a means for the analysis of historical documents. Finally, we conclude that, although translations are important means for the dissemination of historical texts to the general public, they are not viable for professional historical research.

KEYWORDS: Translation - Historical Research - Medieval sources

Introdução

No dia sete de fevereiro de 2020, o site de notícias BBC Brasil trazia uma matéria assinada por André Bernardo que questionava, em seu título, por que o papa Francisco havia ordenado uma mudança em um trecho da oração fundadora do cristianismo, o “Pai Nosso”, no missal italiano. Segundo a matéria, Francisco acatou uma sugestão do cardeal Gualtiero Bassetti, presidente da Conferência episcopal italiana, que reagiu às críticas do próprio Papa, em 2017, ao comentar tal trecho da oração. A partir desse momento, em vez de “*non ci indurre in tentazione*”, o novo missal trará a frase “*non abbandonarci alla tentazione*”. Ainda de acordo com a matéria, trata-se de uma adequação do sentido da oração do “pai nosso”, perdida nas repetidas traduções do texto.

No italiano, o verbo ‘indurre’ (‘induzir’) foi traduzido do latim ‘inducere’ (‘empurrar’) a partir do grego ‘eisféro’ (‘conduzir para dentro’), explica o padre Paulo Bazaglia, mestre em Exegese Bíblica pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma e coordenador do Centro Bíblico Paulus.

Jesus conversava em aramaico com seus discípulos, mas os evangelhos foram escritos em grego. O verbo grego não conseguiu traduzir a ideia presente no original aramaico. Enquanto um

significa ‘fazer entrar’, ou seja, dá a ideia de entrar à força, o outro tem sentido permissivo, isso é, ‘deixar entrar’ [...] diz¹.

Conforme fica evidente no trecho citado, a mudança no texto do missal romano para a oração do “pai nosso” se deve, em primeira linha, a um problema de tradução e, como este entra em conflito com a ortodoxia católica referente ao tema da tentação e do pecado, centrais no contexto da teologia do cristianismo. Trata-se, nesse caso, de um pequeno exemplo de como uma tradução equivocada pode interferir decisivamente na compreensão de todo um conhecimento –nesse caso teológico– dependente da opção vocabular da referida tradução.

No âmbito acadêmico, a crise certamente não é menor que no caso da Igreja católica. O uso de traduções no desenvolvimento de investigações a respeito do passado, e aqui o foco recai sobre o Medievo, é um constante dilema para pesquisadores e estudantes da área, especialmente no contexto brasileiro no qual a aprendizagem de línguas estrangeiras, sobretudo as clássicas, é tido como um privilégio para poucos, dada a parca oferta de meios para a formação, associada com a firme ideia de que as traduções podem oferecer o conhecimento contido na fonte em sua plenitude. De modo geral, professores e orientadores se veem forçados a oferecer aos alunos, se não uma tradução à língua portuguesa, uma tradução em língua estrangeira moderna, geralmente o inglês, a fim de propiciar um contato mais direto destes com os textos medievais que compõem o universo de fontes sobre as quais as pesquisas sobre aquele período se baseiam. Ao mesmo tempo, especialmente em virtude dos investimentos públicos realizados na formação e capacitação em nível superior, cresceu nos últimos tempos significativamente o número de profissionais e estudantes, sobretudo de pós-graduação, com um domínio mais ou menos sólido dos estágios linguísticos das fontes medievais, o que impulsionou também as exigências relativas à qualidade do manuseio e interpretação das fontes nos trabalhos acadêmicos, e consequentemente aumentaram, entre os acadêmicos, as ressalvas ao uso de traduções nas análises relativas ao medievo. É sobre este complexo e controverso tópico de que se trata esse artigo.

¹ André BERNARDO, *Por que o papa Francisco decidiu mudar um trecho do Pai Nosso em italiano*, 7 de fevereiro de 2020.

Tradutibilidade e seus problemas: algumas reflexões teóricas²

A tradução de textos é um fenômeno conhecido desde a Antiguidade³. De fato, boa parte das primeiras expressões escritas da humanidade só podem ser conhecidas hoje por conta da existência de traduções preparadas ainda naquele período, para línguas e sistemas de escrita que permaneceram mais ou menos conhecidos –ao menos dentro de uma tradição erudita ou acadêmica– até a modernidade e o início da organização de disciplinas investigativas ligadas aos textos do passado remoto, como a paleografia e a filologia. O caso do trabalho de Jean-François Champollion em torno da pedra de Rosetta é talvez o exemplo mais famoso nesse contexto.

Todavia, uma consequência prejudicial direta de sua longa existência reside no fato da tradução, como atividade hoje ligada principalmente a um saber acadêmico, seguir carente de uma definição teórica de caráter sistemático e universalmente aceito. Munday atribui, por exemplo, a James S. Holmes e, subsequentemente, Gideon Toury, o papel fundamental de definição e enquadramento dos estudos de tradução enquanto área de interesse acadêmico específico, de caráter científico e com apelo investigativo associado aos interesses da investigação linguística. Segundo o autor, esse importante passo para a área deu-se somente entre os anos 1970 e 1980, quando Holmes publica duas versões de um artigo, no qual busca sistematizar o campo dos estudos de tradução⁴. Ainda assim, segundo Roger T. Bell, em meados dos anos 1990, a tradução permanecia sendo dicotomicamente compreendida como arte e ciência, esta última ainda baseada em princípios “naturalistas”, caros a um período pré-científico. “*The study of translation has been dominated, and to a degree still is, by the debate about its status as an art or a science*”⁵. Tal situação, experimentada em algum momento por boa parte das ciências humanas, marca, pois, ainda o debate em torno da tradução na virada do milênio, sobretudo, por conta do peso que a tradução literária exerce sobre o campo, cujo caráter assume um tom marcadamente artístico, posto que pretende transmitir não somente a linguagem, mas especialmente a expressão artística contida no material de origem.

Não obstante, embora a tradução literária tenha um forte impacto no que tange a formação do campo, dominam hoje, ao menos com equivalente peso, traduções que não almejam um valor artístico, ou sequer se enquadram

² Para um panorama mais ou menos recente a respeito dos estudos de traduções, seu histórico e suas tendências ver Jeremy MUNDAY, *Introducing translation studies*, Londres, Routledge, 2008. Outras perspectivas recentes estão presentes também em Massimiliano MORINI, “Outlining a new linguistic theory of translation”, *Target*, 29/1 (2008), 29-51.

³ Conforme apontado por MUNDAY, *op. cit.*, p. 7 e ss.

⁴ *Idem*, p. 9 e ss.

⁵ Roger T. BELL, *Translation and translating: Theory and practice*, Londres, Longman, 1995, p. 4.

no campo da literatura. Conforme aponta Bell para o final do s. XX, “*the vast proportion of translations are not literary texts but technical, medical, legal, administrative*”⁶. A carência de uma compreensão científica em torno da tradução àquela época como a ausência de um conjunto de reflexões sistematizadoras vinculadas ao ato de transferir um texto de uma dada língua originária a uma nova língua se mostra ainda mais marcante nesse cenário.

Há, de fato, muitas possibilidades para uma definição daquilo que venha a ser uma tradução, a partir de uma perspectiva linguística que se pretende científica. Bell⁷ nos apresenta algumas dessas possibilidades em seu manual a respeito do tema, as quais giram todas em torno da noção da transposição das ideias expressas textualmente em uma determinada língua – chamada então de língua originária ou língua de partida– a ideias similares, expressas em uma outra língua, diferente da primeira –chamada de língua alvo, ou língua de chegada–Por outro lado, de acordo com Jeremy Munday,

*The term translation itself has several meanings: it can refer to the general subject field, the product (the text that has been translated) or the process (the act of producing the translation, otherwise known as translating). The process of translation between two different written languages involves the translator changing an original written text (the source text or ST) in the original verbal language (the source language or SL) into a written text (the target text or TT) in a different verbal language (the target language or TL)*⁸.

E Roman Jakobson, um dos pioneiros na reflexão em torno da problemática da equivalência linguística durante o processo de tradução propõe uma perspectiva ainda mais ampla para o fenômeno, sobre a qual Holmes posteriormente constrói sua proposta. Para Jakobson

We distinguish three ways of interpreting a verbal sign: it may be translated into other signs of the same language, into another language, or into another, nonverbal system of symbols. These three kinds of translation are to be differently labeled:

1 Intralingual translation or rewording is an interpretation of verbal signs by means of other signs of the same language.

2 Interlingual translation or translation proper is an interpretation of verbal signs by means of some other language.

⁶ *Idem*, p. 5.

⁷ *Idem*, pp. 4-14.

⁸ *Idem*, p. 5.

*3 Intersemiotic translation or transmutation is an interpretation of verbal signs by means of signs of nonverbal sign systems*⁹.

Assim, ao tratarmos do fenômeno da tradução em um sentido vinculado essencialmente ao senso comum, lidamos com somente um dos possíveis aspectos associados à ideia de tradução a partir de um ponto de vista linguístico, o qual, seguindo os parâmetros de Jakobson, podem envolver ainda a transposição de textos dentro de uma própria língua, como uma simplificação ou atualização de termos que compõem um texto (pensamos aqui nas diversas versões de uma mesma edição do texto bíblico, acompanhadas por termos como “versão atualizada e revista”, ou a adequação de textos, sobretudo escolares, às novas regras do acordo ortográfico da língua portuguesa de 1992, que fez surgir um selo na capa dos livros indicando que a edição “segue o novo acordo ortográfico”). Ou ainda pode se tratar de uma tradução entre meios distintos, como a “transformação” de um texto em uma outra forma de expressão artística, por exemplo.

Tomando aqui como elemento central a tradução interlingual proposta por Jakobson, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de o processo de tradução ser, entre os linguistas, entendido como um processo de interpretação de ideias. Segundo Jakobson

*translation from one language into another substitutes messages in one language not for separate code-units but for entire messages in some other language. Such a translation is a reported speech; the translator recodes and transmits a message received from another source. Thus translation involves two equivalent messages in two different codes*¹⁰.

Assim, é preciso partir do princípio que o texto que surge na língua de chegada não corresponde ao texto da língua de partida, e, embora expresse as ideias contidas nesse texto originário, o faz através do processo interpretativo do tradutor. Talvez aqui o historiador comece a perceber as implicações do uso de traduções no trabalho de investigação historiográfica. Mais adiante veremos como tais implicações se apresentam na prática¹¹.

Um dos temas centrais na transposição de textos de uma língua de partida a uma língua de chegada é, sem dúvida, o da equivalência semântica e estilística. É certo que as línguas e dialetos se comportam de modo variado,

⁹ Roman JAKOBSON, “On linguistic aspects of translation”, em Lawrence VENUTI (ed.), *The translation studies reader*, Londres, Routledge, 2003, pp. 113-118. Mais sobre os aspectos da Tradução intersemiótica ver Julio PLAZA, *Tradução intersemiótica*, São Paulo, Perspectiva, 2013.

¹⁰ *Idem*, p. 114.

¹¹ De fato, Jeremy Munday aponta para a necessidade de oferecer mais visibilidade ao papel do tradutor, tema que é explorado também por MORINI, *op.cit.*

cada qual segundo regras de uso bastante particulares, de modo que do ponto de vista formal, nenhuma língua ou dialeto pode ser considerado idêntico a outra língua ou dialeto, sob pena de perder um dos elementos fundamentais que a constituem enquanto sistema linguístico ou dialetal singular, distinto dos demais e possuidor de uma identidade própria. Ainda que tal afirmação se possa parecer um tanto óbvia quando se comparam línguas bastante distintas, como o português e o guarani, o mesmo é também válido para línguas próximas ou mesmo dialetos. De fato, o português e o espanhol ou o italiano, embora línguas de origem comum e de gramática e semântica similares não constituem meramente a expressão das mesmas estruturas linguísticas através de vocábulos distintos.

Para o processo de tradução existe, portanto, o duplo desafio da busca da formulação de um texto na língua de chegada que seja estilística e semanticamente equivalente ao texto apresentado na língua de partida. Segundo Bell,

*It is apparent, and has been for a very long time indeed, that the ideal of total equivalence is a chimera. Languages are different from each other, they are different in form having distinct codes and rules regulating the construction of grammatical stretches of language and these forms have different meanings*¹².

Consequentemente, todo processo de tradução, partindo das reflexões apresentadas, pressupõe uma interferência e, por conseguinte, uma alteração do texto na língua de partida em direção ao texto na língua de chegada. Uma vez que a linguagem não se constitui somente de formas e regras de expressão, mas constitui ela mesma um conjunto de significados intrínsecos, ao realizar uma tradução que necessariamente resulta em um texto não inteiramente equivalente ao presente na língua de partida, é inevitável concluir que ao realizar uma tradução, independentemente da sua qualidade, o tradutor altera o sentido do texto expresso na língua de partida. Faz-se assim jus ao provérbio italiano: *traduttore traditore*, como bem lembra Bell em seu estudo¹³:

*Language is a formal structure –a code– which consists of elements which can combine to signal semantic ‘sense’ and, at the same time, a communication system which uses the forms of the code to refer to entities (in the world of the senses and the world of the mind) and create signals which possess communicative ‘value’*¹⁴.

¹² BELL, *op. cit.*, p. 6.

¹³ *Idem*, p. 6.

¹⁴ *Idem*, pp. 6-7.

O tradutor precisa, pois, considerar ambos os aspectos e, efetivamente, realizar escolhas que vão de encontro ao seu intuito de oferecer um texto na língua de chegada que seja ou semanticamente similar ao texto originário, ou estilisticamente semelhante ao apresentado na língua de partida. A equivalência plena em ambos os sentidos é utópica devido à própria característica das diferentes línguas, como observamos anteriormente. Catford indica duas possíveis categorias de tradução: a “tradução literal” e a “tradução livre”¹⁵. Uma das escolhas, da tradução centrada na equivalência das estruturas sintáticas da língua de partida, caracteriza-se pela literalidade do texto na língua de chegada, o que em grande parte das vezes resulta em um texto em que elementos semânticos se perdem. No sentido inverso, um texto traduzido centrado na equivalência semântica geralmente apresenta aquilo que se conhece por tradução livre, onde os elementos gramaticais vinculados à sintaxe da língua de partida muitas vezes se perdem. Trazendo tais reflexões para o campo prático, é inegável a virtual impossibilidade de tradução do ablativo latino ao português moderno, por exemplo, mantendo a equivalência das estruturas sintáticas latinas em sua totalidade, posto que o ablativo presente na língua latina, quando transposto à língua portuguesa moderna, foi substituído por elementos sintáticos distintos, não plenamente equivalentes em sua função à forma latina. Como consequência, o tradutor precisa, nesse caso, reinterpretar os elementos sintáticos da língua de partida na composição da língua de chegada, a fim de permitir uma compreensão semanticamente viável do texto. O papel central da interpretação do tradutor em relação ao texto de partida aqui é evidente. Por outro lado, não é incomum negligenciar uma variação semântica no processo de tradução por conta da literalidade do processo tradutório, por exemplo na interpretação de *fortitudo* por “força” ou mesmo “coragem” no português moderno. Em ambos os casos, independentemente da habilidade do tradutor, há que se considerar uma defasagem do texto na língua de chegada em relação à língua de partida, seja do ponto de vista formal, seja do ponto de vista semântico.

Segundo Bassnett contudo, remetendo às reflexões de Popovic,

*Translation involves far more than replacement of lexical and grammatical items between languages and, as can be seen in the translation of idioms and metaphors, the process may involve discarding the basic linguistic elements of the SL text so as to achieve Popovič's goal of 'expressive identity' between the SL and TL texts. But once the translator moves away from close linguistic equivalence, the problems of determining the exact nature of the level of equivalence aimed for begin to emerge*¹⁶.

¹⁵ J. C. CATFORD, *A linguistic theory of translation: An essay in applied linguistics*, Oxford, Oxford University Press, 1978.

¹⁶ Susan BASSNETT, *Translation studies*, Londres, Routledge, 2002, p. 34.

Ainda seguindo o problema da equivalência entre as línguas de partida e de chegada, é preciso lançar um breve olhar sobre a proposta de Eugene Nida, que, segundo Bassnett,

*distinguishes two types of equivalence, formal and dynamic, where formal equivalence 'focuses attention on the message itself, in both form and content. In such a translation one is concerned with such correspondences as poetry to poetry, sentence to sentence, and concept to concept'. Nida calls this type of translation a 'gloss translation', which aims to allow the reader to understand as much of the SL context as possible. Dynamic equivalence is based on the principle of equivalent effect, i.e. that the relationship between receiver and message should aim at being the same as that between the original receivers and the SL message*¹⁷.

Em ambos os casos, a equivalência depende de uma intervenção interpretativa do tradutor e, embora uma equivalência formal pareça ser atrativa aos historiadores, essa não deixa de ser problemática. Como já afirmamos acima, existem muitas possíveis definições para o que constitui uma tradução, segundo Bell. Para historiadores, a quem as reflexões desse artigo talvez se dirijam de maneira mais direta, o recurso ao termo-conceito da representação possivelmente tenha um impacto mais decisivo. Se consideramos um dado texto em uma língua de partida qualquer não como equivalente àquilo que narra, mas um entidade singular que representa aquilo que narra, segundo a definição de representação de Roger Chartier¹⁸, então o texto traduzido a uma língua de chegada constitui a representação de uma representação, e tal como uma cópia de uma cópia, traz consigo a notória perda na qualidade do produto resultante em relação ao originário, constituindo-se em um produto novo, distinto do primeiro, ele mesmo um objeto digno de investigação, porém por si mesmo e não como veículo de acesso ao elemento primeiro.

J. C. Catford, em seu ensaio em busca de uma teoria linguística da tradução apontava, já em meados do século XX, assim como Bell, os limites da tradução, ainda que Catford apresente tais limites sob uma perspectiva distinta deste, ao considerar que os problemas de equivalência não sejam universais, mas restritos a uma categoria da intraduzibilidade, que pode, segundo Catford, ser linguística ou cultural.

Translation fails-or untranslatability occurs-when it is impossible to build functionally relevant features of the situation into the contextual meaning of the (target language) text. Broadly speaking, the cases where this happens fall into two categories.

¹⁷ *Idem*, p. 34.

¹⁸ Roger CHARTIER, *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002, p. 61e ss.

*Those where the difficulty is linguistic, and those where it is cultural*¹⁹.

A intraduzibilidade linguística pode se manifestar de diversas formas, segundo Catford, marcadamente nos contextos em que não há equivalência linguística –ou formal, segundo Bell– como, por exemplo, nos casos de polissemia, oligossemia ou ambigüidade dos termos na língua de partida, de modo que dentro do contexto de tradução não é possível clarificar qual o sentido empregado na língua de partida. Tais casos podem, inclusive, ser explorados pelos autores de determinada língua de partida a fim de explorar os múltiplos sentidos de um determinado termo, o qual é particular à própria língua, não ocorrendo equivalente, sem profunda perda de sentido, na língua de chegada. Mais adiante veremos que esse é um caso abordado, por exemplo, por Otto de Freising em suas *Gesta Frederici*.

Finalmente, a questão da intraduzibilidade cultural parece ser a mais marcante para o investigador da Idade Média. Ela se define pela incapacidade de transportar os conceitos, ideias e sentidos de uma língua de partida a uma língua de chegada pela incompatibilidade contextual e cultural entre os elementos de um e de outro lado do processo tradutório. Quando os elementos da expressão linguística de uma determinada cultura não possuem o mesmo sentido em outra cultura, o texto que se pretende traduzir acaba por encontrar-se efetivamente intraduzível, pois, embora as palavras e estruturas linguísticas possam ser transpostas, os conteúdos culturais atrelados aos termos não acompanham o processo de tradução e o texto na língua de chegada acaba por assumir um sentido inevitavelmente diverso da língua de partida. Considerando tal aspecto de acordo com uma perspectiva mais ampla que da equivalência semântica proposta por Bell, torna-se evidente o impacto que as limitações da tradutibilidade pela incompatibilidade cultural oferecem ao leitor dos textos de um ambiente tão diverso do atual, como a Idade Média oferece ao leitor moderno.

Diante dessas reflexões teóricas em torno do problema da tradução, apresentadas aqui de modo bastante resumido, partimos para a análise do impacto de tais considerações para o investigador do passado medieval e o uso de traduções no intuito de realizar o seu trabalho. Uma breve discussão exemplar dos usos das linguagens escritas no período medieval parece-nos um bom ponto de partida para tal empresa, posto que os testemunhos do período medieval nos apresentam características bastante singulares quanto à sua conformação linguística, que os difere deveras do contexto contemporâneo e cujos impactos para a pesquisa não devem ser ignorados.

¹⁹ CATFORD, *op. cit.*, p. 94.

Os testemunhos da Idade Média e a sua linguagem

A Idade Média é, sem dúvida, um dos períodos mais alheios ao homem moderno. Seja por sua distância espaço-temporal –especialmente em relação ao brasileiro do século XXI e porque não apontar também a mesma problemática para a América Latina?²⁰– ou por sua distinção em relação aos conceitos, visões de mundo e expressões da vida social, política, cultural, econômica, religiosa, entre outros, quando colocada a lado com as épocas mais recentes. A linguagem utilizada nos testemunhos desse período desempenha, certamente, um papel central na interpretação da Idade Média como alheia –ou quase incompreensível–.

As fontes medievais foram, em sua totalidade, compostas nas linguagens típicas de sua época. Dentre estas destaca-se o latim, em sua forma medieval, como língua franca, utilizada na composição de uma ampla gama de materiais escritos, em uma época em que os múltiplos vernáculos careciam ainda de uma sistematização que lhes garantisse o mesmo caráter universalizante. Estes, todavia, não foram de modo algum negligenciados pelas camadas letradas, compondo um segundo grande grupo de línguas aplicadas na composição de materiais textuais na Idade Média, sendo que sua importância se amplia nos séculos finais do período, em virtude do processo de consolidação dos Estados modernos. Desse modo, o pesquisador ou estudante da Idade Média é confrontado com uma gama de materiais escritos em latim medieval –e seus diversos graus de elaboração e/ou rusticidade–, em alemão antigo (e suas variedades), em inglês antigo (e suas variedades), nórdico antigo, francês antigo, occitano, galês antigo (e suas variedades), irlandês antigo (e suas variedades) e demais variações das línguas latinas na península Itálica e Ibérica, para nos restringirmos ao espaço ocidental e não adentrar o universo de línguas eslavas e gregas, que dominavam o espaço sob influência mais direta da cultura bizantina, ou a presença do árabe medieval, que também se mostrou impactante em diversos ambientes de contato e interação na bacia Mediterrânea ao longo do medievo. Somem-se às linguagens textuais as linguagens estéticas e materiais e obtém-se um mero vislumbre sobre a complexidade que compõe o universo das fontes medievais.

Diante desse quadro é preciso reconhecer que, efetivamente, *“Da die mittelalterlichen Quellen in der Sprache ihrer Zeit abgefasst sind, müssen sie zunächst einmal in unsere Sprache übertragen, d. .h zumindest die für die eigene Frage interessanten Passagen übersetzt werden”*²¹. Tal afirmação parece deslocada se considerarmos –como já afirmamos– que cada vez mais observasse no cenário acadêmico uma cobrança pelo recurso aos textos documentais

²⁰ Sobre as questões do estudo do Medievo na América Latina ver Marcelo CÂNDIDO DA SILVA, “A Idade Média e a América Latina”, em Armando TORRES FAUAZ (ed.). *La Edad Media en perspectiva latino-americana*, Heredia (Costa Rica), EUNA, 2018, pp. 181-199.

²¹ Hans-Werner GOETZ, *Proseminar Geschichte: Mittelalter*, Stuttgart, Ulmer, 2014, p. 251.

em sua língua original nas análises a serem apresentadas aos seus pares. Todavia, é preciso recordar que em última instância o historiador é sempre um tradutor, na medida em que ele ‘traduz’ uma informação contida em determinada fonte em um conhecimento útil e aplicável para os seus leitores, mesmo que essa fonte se encontre em uma língua acessível a ambos. É nesse sentido, em primeiro lugar, que Goetz se refere à necessidade de transposição da fonte para a língua moderna. Ela não se restringe a uma tradução do no nível da linguagem, mas depende de uma interpretação do texto a fim de que se torne inteligível para o leitor contemporâneo²²: “*Jede Übersetzung ist daher bis zu einem gewissen Grade bereits Interpretation*”²³.

Como consequência disso, o uso indiscriminado de traduções para línguas modernas precisa ser encarado com olhares críticos. Tal afirmação não se pretende como defesa de um purismo inalcançável, posto que mesmo entre os falantes de uma mesma língua a multiplicidade de interpretações possíveis de um texto pode levar a contrassensos. Efetivamente, tal multiplicidade de interpretações não se restringe ao mundo moderno e suas expressões linguísticas marcadas pela imposição normativa cara aos estados absolutos postos na origem do conceito de nação e herdada desses. Um exemplo possível é a revolta gerada na corte imperial em 1157 em virtude do emprego do termo latino *beneficium* em uma carta de Adriano IV a Frederico I, Barbarossa. Segundo a narrativa de Rahewin, após a leitura de uma missiva enviada pelo Papa ao imperador, a qual foi *lida e interpretada* diante da corte pelo conselheiro imperial Rainald von Dassel, os membros da corte se revoltaram com o texto papal, posto que Adriano afirmava que o imperador havia recebido o império na qualidade de um *beneficium* do Papa²⁴. Tal compreensão da

²² “A necessidade prática, que está no fundo de todo juízo histórico, dá a toda história o caráter de ‘história contemporânea’, porquanto, por muito e muito distantes que pareçam cronologicamente os fatos por ela referidos, a história se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais aqueles fatos propagam suas vibrações” –Benedetto CROCE, *A história pensamento e ação*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962, p. 14-.

²³ GOETZ, *op. cit.*, p. 251.

²⁴ RAHEWIN, von FREISING, *Gesta Friderici I. imperatoris*, en Georg WAITZ E Bernhard von SIMSON (eds.), *Ottonis et Rahewini Gesta Friderici I. imperatoris*. Hannover, Hahnsche Buchhandlung (Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi, 46), 1912 (1997), pp. 162-346: “*Talibus litteris lectis et per Reinaldum cancellarium fida satis interpretatione diligenter expositis, magna principes qui aderant indignatione commoti sunt, quia tota litterarum continentia non parum acedinis habere et occasionem futuri mali iamiam fronte sua preferre videbatur. Precipue tamen universos accenderat, quod in premissis litteris inter caetera dictum fuisse acceperant dignitatis et honoris plenitudinem sibi a Romano pontifice collatam et insigne imperialis coronae de manu eius imperatorem suscepisse, nec ipsum penitere, si maiora beneficia de manu eius suscepisset, habita consideratione, quanta ecclesiae Romanae per ipsum possent incrementa et commoda provenire. Atque ad horum verborum strictam expositionem ac prefatae interpretationis fidem auditores indixerat, quod a nonnullis Romanorum temere affirmari noverant imperium Urbis et regnum Italicum donatione pontificum reges nostros hactenus possedissee, idque non solum dictis, sed et scriptis atque picturis representare et ad posteros transmittere*”.

missiva é retomada mais adiante na narrativa de Rahewin, ao comentar um segundo documento, no qual Adriano IV retoma e procura esclarecer seus argumentos apresentados na corte em Besançon²⁵. Embora o termo pudesse ser entendido literalmente como uma gentileza, ou bondade do papa, o mesmo era igualmente empregado para designar um benefício recebido no âmbito das relações feudo-vassálicas, o que poderia ser interpretado –como o foi, daí a revolta– como a tentativa de Adriano definir o Império como doação sua a um vassalo, neste caso Frederico.

Como esse exemplo deixa claro, mesmo entre os autores medievais e suas audiências havia espaço para interpretações e incertezas quanto ao uso de determinados termos e conceitos nos textos, de modo que o mesmo deve ser considerado em relação às traduções possíveis para as línguas modernas. A carta de Adriano IV, reproduzida por Rahewin em sua narrativa historiográfica sobre os acontecimentos, não traz, efetivamente, o emprego do termo *beneficium* ao se referir à relação entre Papa e imperador e a distribuição das atribuições, poderes ou papéis de ambos. De fato, a indicação do próprio Rahewin, de que a missiva teria sido interpretada –ou seja, traduzida ao vernáculo da corte– pelo conselheiro imperial nos remete ao impacto que o processo tradutório podia apresentar já àquela época.

Outro aspecto que o trecho levanta é a crença na capacidade do tradutor como fonte de segurança para o produto que este apresenta aos seus ouvintes ou leitores, dado presente no louvor de Rahewin a Rainald von Dassel, e que permeia ainda o ambiente acadêmico. A noção de que a tradução é um veículo confiável de acesso ao conteúdo primevo em sua totalidade, pois o tradutor é indivíduo academicamente talentoso ainda se mostra presente no universo acadêmico. Interessantemente, no próprio Medievo encontram-se exemplos de desconfiança, crítica ou mesmo chacota ao valor da tradução atrelada à autoridade do tradutor. Ao se descrever como *illiteratus* (“*ine kan decheinen buochstap*”²⁶, “eu não sei nenhuma letra”), Wolfram von Eschenbach, em seu *Parzival*, critica o *status quo* daqueles se apresentam como *litteratus*, colocando, portanto, em cheque a noção de legitimação atribuída, apenas, àqueles conhecedores das letras. Um comentarista de Adam de Bremen, por sua vez, escreve que Adam corrompeu o texto das suas *Gesta Hammaburgensis* ao

²⁵ *Idem*, pp. 185-186: “*Cum enim nos duos de melioribus fratribus nostris, B[ernhardum] *[scilicet]* tituli Sancti Clementis et R[olandum] cancellarium nostrum tituli Sancti Marci presbiteros cardinales, ad ipsius presentiam misissemus, ipse, cum primum ad eius presentiam pervenerunt, alacriter visus est eos recepisse; sequenti vero die, cum redirent ad eum et litterae nostrae in eius auribus legerentur, accepta occasione cuiusdam verbi, quod ipsarum litterarum series continebat, ‘insigne videlicet beneficium coronae tibi contulimus’, in tantam animi commotionem exarsit, ut convicia, quae in nos et legatos nostros dicitur coniecisse, et quam inhoneste ipsos a presentia sua recedere ac de terra sua velociter exire compulerit, et audire obprobrium et lamentabile sit referre*”.

²⁶ WOLFRAM von ESCHENBACH, *Parzival* (ed. Joachim BUMKE, *Parzival. Auf der Grundlage der Handschrift D*, Tübingen, Niemeyer, 2008, 115, 27).

inserir uma série de vocábulos do vernáculo, indicando a origem e relação destes termos com o latim, língua utilizada na composição da obra²⁷. Assim, a comparação dos trechos traduzidos com os originais, especialmente no caso do emprego de edições já traduzidas é fundamental para que o investigador possa reconhecer – e possivelmente indicar – as diversas possibilidades interpretativas do texto da fonte, e que não necessariamente constituem a opção ou preocupação central do tradutor de determinada edição.

Somado a essa questão de caráter interpretativo, é preciso que se tenha sempre em mente o já explorado fato das línguas dificilmente se corresponderem plenamente em suas terminologias, conceitos, e mesmo nas suas estruturas gramaticais, sejam morfológicas ou sintáticas. Consequentemente, uma tradução quase nunca permitirá ao leitor reconhecer questões vinculadas diretamente às escolhas do autor medieval, e que possuem direta interferência sobre os modos possíveis de interpretação de um determinado trecho no texto latino. Note-se que os originais medievais raramente traziam qualquer marca de pontuação, e a simples inserção de uma separação entre orações pode alterar o sentido de toda uma passagem, graças às características da gramática latina, por exemplo. Segundo Goetz,

Bei solchem Sachverhalt ist es unerlässlich, zumindest die jeweils themenrelevanten Passagen am Urtext zu erörtern – trotz der für die heutigen Studierenden (e, em muitos casos, também para os pesquisadores) damit verbundenen Sprachschwierigkeiten; (e ele completa) hier. Hilft nur konsequente Übung weiter²⁸.

Finalmente, para além dos problemas já apontados é preciso considerar que,

jede Sprache (auch die eigene) (a) individuell gefärbt, (b) geschichtlich, d. h. der jeweiligen Zeit verhaftet und (c) ein Kommunikationsmittel ist, das der Verständigung dient, aber – zumal in verschriftlichter Form – stets mehrdeutig bleibt und daher Anlass zu Missverständnissen geben kann. Solche Mehrdeutigkeiten sind bei der Quellenauswertung zu beachten²⁹.

²⁷ ADAM de BREMEN, *Hamburgische Kirchengeschichte* (ed. Bernhard SCHMEIDLER, Hannover, Hahnsche Buchhandlung (Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi, 2), 1917, IV, 35, Schol. 151, p. 270: “*Hic apparet, quod scriptor huius libelli fuit ex Germania superiori, unde vocabula pleraque sive nomina propria, cum ad suam aptare voluit linguam, nobis corrupit*”.

²⁸ GOETZ, *op. cit.*, p. 251.

²⁹ *Idem*, p. 252.

As armadilhas da tradução moderna às línguas modernas

Para ilustrar a questão discutida até o momento nesse breve artigo, propomos observar algumas traduções de textos latinos para línguas modernas, a saber, a versão para o português, o alemão e o inglês, das *Gesta Hammaburgensis ecclesiae Pontificum* de Adam de Bremen, e compará-las com o texto latino da edição de B. Schmeidler. É preciso lembrar aqui que mesmo a edição de Schmeidler, embora seja ainda o *standard* no trabalho com o texto de Adam, não é unânime em suas escolhas editoriais, sendo a investigação de Anne Kristensen³⁰ o mais sistemático trabalho de revisão da edição de B. Schmeidler, ainda que não tenha efetivamente substituído a edição apresentada pela Monumenta Germaniae Historica.

O primeiro exemplo que eu gostaria de trazer à discussão é talvez o mais emblemático de como a tradução é uma interpretação do texto e de como tal interpretação é fruto de sua própria época, sendo ela mesma historicamente datada. Em sua tradução das *Gesta Hammaburgensis* para o alemão, datada de 1961, Werner Trillmich escreve no capítulo 31 do segundo livro que “(d) amals soll vor Sachsen eine Flotte der Wikinger erschienen sein –wir sprechen von „Schiffsleuten“–, die alle Küstengebiete Frieslands und Hadelns heimsuchten”³¹. Trillmich optou pelo termo “viking” (*Wikinger* no alemão) nessa passagem para traduzir o termo “*pyrata*” que aparece no latim de Adam³². A tradução de Francis Tschan, por outro lado, traduz o termo como “*pirates*”³³, ou seja, mantendo-se mais próximo à semântica latina e às concepções de Adam. Existem razões lógicas para a escolha de Trillmich. Mais adiante, no capítulo 6 do quarto livro de Adam o autor explica que “*Ipsi vero pyratae, quos illi Wichingos appellant, nostri Ascomannos, regi Danico tributum solvunt, ut liceam eis predam exercere a barbaris, qui circa hoc mare plurimi abundant*”³⁴. Assim, Trillmich provavelmente estava se baseando na própria explicação de Adam para justificar o uso do termo “viking” na tradução do latim “*pyrata*”. Todavia, não se pode ignorar que esse uso por parte de Trillmich também atende a expectativas contemporâneas à tradução, posto que desde ao menos o início do século XIX e o processo de “romantização” do

³⁰ Anne K. G. KRISTENSEN, *Studien zur Adam von Bremen Überlieferung*, Copenhagen, Københavns Universitet, 1975.

³¹ Werner TRILLMICH e Rudolf BUCHNER, *Quellen des 9. und 11. Jahrhunderts zur Geschichte der hamburgischen Kirche und des Reiches*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1990, p. 267.

³² ADAM de BREMEN, *Hamburgische Kirchengeschichte*, II, 31, p. 92: “*Fuerunt eo tempore classem pyratarum, quos nostri Ascomannos vocant, Saxoniae appulsam vastasse omnia Fresiae atque Haduloae maritima*”.

³³ Francis Joseph TSCHAN (ed.), *History of the archbishops of Hamburg-Bremen*, Nova York, Columbia University Press, 2002, pp. 3-227: “*At that time a fleet of the pirates whom our people call Ascomanni landed in Saxony and devastated all the coastland of Frisia and Hadeln*”.

³⁴ ADAM de BREMEN, *Hamburgische Kirchengeschichte*, IV, 6, p. 233.

passado germânico-escandinavo, a historiografia e literatura, entre outras formas de expressão, passaram a enfatizar e *criar* retrospectivamente, e, portanto, anacronicamente, uma “consciência viking” na cultura medieval. Ademais, diante dessa carga, o uso do termo “viking” traz ao texto de Adam uma carga, se não positiva, ao menos neutra em relação aos escandinavos em excursões de pilhagem no território germânico, uma acepção que o termo “pirata” não permite.

Tschan, por outro lado, mantém o termo “pirata”, não somente por conta de sua pureza semântico-etimológica, mas também por conta justamente de sua carga negativa relativa ao termo, em uma época –o pós-guerra– em que a crueldade e vilania germânicas estavam mais que vivas na memória do mundo ocidental. O estudante, ou pesquisador, que se baseia nessas traduções para o desenvolvimento de suas próprias pesquisas está, então, refém de questões que ultrapassam uma simples variação linguística ou uma preferência estética do tradutor. Ademais, o pesquisador perde, com as traduções, o acesso aos possíveis sentidos dados pelo próprio autor do texto medieval em sua obra.

O segundo exemplo relativo à obra de Adam de Bremen pode ser encontrado na tradução dos dois capítulos relativos ao chamado “templo” de Uppsala na Suécia, e publicados em passado recente no Brasil como parte de uma coletânea de pequenos artigos para a popularização de temas ligados à mitologia nórdica. Segundo a edição de B. Schmeidler, que o tradutor alega ter seguido,

*Nobilissimum illa gens templum habet, quod Ubsola dicitur, non longe positum ab Sictona civitate [vel Birka]. In hoc templo, quod totum ex auro paratum est, statuas trium deorum veneratur populus, ita ut potentissimus eorum Thor in medio solium habeat triclinio; hinc et inde locum possident Wodan et Fricco*³⁵.

A despeito do equívoco na numeração dos capítulos, é notável que o tradutor do trecho inicia sua tradução com uma frase que não está presente na edição de Schmeidler. Para Marttie, o capítulo descrevendo o templo inicia-se com a introdução “Falemos um pouco, agora, acerca da superstição dos suecos”³⁶. Ademais, ao final do capítulo 26 o tradutor ignora a oração a respeito do culto ao rei Erik, sem contudo indicar a omissão em seu texto, levando o leitor a crer que o texto de Adam se encerra ali com a comparação entre Thor e Júpiter (que o tradutor prefere se referir como Jove, um termo deveras desconhecido para o leitor médio).

³⁵ *Idem*, IV, 26, p. 257-258.

³⁶ Rodrigo Mourão MARTTIE, “Templo de Uppsala”, em Johnni LANGER (ed.), *Dicionário de mitologia nórdica. Símbolos, mitos e ritos*, São Paulo, Hedra, 2015, pp. 487-491.

Tradução minha das ‘Gesta Hammaburgensis’, segundo a edição de B. Schmeidler

XXVI. Aquele povo possui um templo nobilíssimo, ao qual chamam Uppsala, localizado não muito distante da comunidade de Sigtuna [ou Birka]. [...] Assim, Thor, o mais poderoso destes, possui um assento no centro do salão cerimonial; de um lado e de outro têm lugar Wodan e Fricco. [...] Thor, todavia, com um cetro parece imitar a Júpiter**. *E eles adoram também a deuses criados a partir de homens, aos quais doam a imortalidade em virtude de feitos grandiosos, assim como pode ser lido na Vita de Santo Ansgar, foi feito com o rei Erik.****

Segundo a edição de Schmeidler,

[...] Thor autem cum sceptro Iovem simulare videtur. *Colunt et deos ex hominibus factos, quos pro ingentibus factis immortalitate donant, sicut in Vita sancti Ansgarii legitur Hericum regem fecisse*³⁷.

Interessantemente, Marttie, por iniciativa própria, decide, em seu texto, “nordicizar” os nomes das divindades apresentadas por Adam de Bremen como presentes no *triclinium* de Uppsala. De fato, a forma moderna do nome “Wodan” é “Wotan”, como Marttie aponta, porém, sua equivalência a “Odin”, como quer Marttie, é questionável e deriva do pensamento pangermânico do final do século XIX. Da mesma forma, é preciso destacar que Fricco não é identificado como Freyr, mas constitui uma divindade priápica singular, com referências atestadas já na literatura clássica³⁸. O tradutor também omite

³⁷ ADAM de BREMEN, *Hamburgische Kirchengeschichte*, IV, 26, pp. 257-259.

³⁸ Como demonstrado recentemente por Henrik JANSON, “Pictured by the Other: Classical and Early Medieval Perspectives on Religions in the North”, em Margaret CLUNIES ROSS (ed.), *The Pre-Christian Religions of the North*, Turnhout, Brepols, 2018, pp. 7-40.

* *Idem*.

** *Iovis é uma das formas de nomenclatura possível para o deus dos céus no panteão romano, comumente chamado Júpiter em português. A forma portuguesa Jove é, no mínimo, incomum.*

*** Os trechos sublinhados em Marttie apresentam tradução problemática ou imprecisa. Em itálico, ao final, o trecho “esquecido” pelo tradutor.

Tradução de R. M. Marttie das ‘Gesta Hammaburgensis’*

Cap. XVI – Falemos um pouco, agora, acerca da superstição dos suecos. Aquele povo (esc. 134) possui um famoso templo chamado Uppsala, não longe da cidade de Sigtuna. [...] Thor, ocupa um trono no centro do salão. Ao seu lado, também Wotan [Odin] e Frikko [Freyr] possuem os seus lugares. [...] Thor, com seu cetro, nos lembraria Jove.

(?)

uma série de informações nos dois capítulos e, não se sabe se por lapso ou outra razão, traduz termos latinos por portugueses não-correspondentes –por exemplo a tradução de *inhonestae*/desconhecido–. No original latino lê-se que “(c)eterum *neniae, quae in eiusmodi ritu libationis fieri solent, multiplices et inhonestae, ideoque melius reticendae*”³⁹. No português, por sua vez, a escolha, evidentemente incorreta, recai sobre traduzir *inhonestae* por “desconhecido”, uma opção que não nos foi possível justificar ou localizar nos principais dicionários da língua latina à disposição para o público falante do português. A depender do uso dessa tradução, inserida em um trabalho em que se procura imprimir um caráter acadêmico, o pesquisador está à mercê de uma interpretação com pouco respaldo –se algum– no texto latino. Antes, trata-se de uma criação quase autônoma, uma espécie de interpretação romântica das *Gesta Hammaburgensis*. O trabalho baseado em uma tradução como essa poderá cair em interpretações equivocadas em virtude da falta de rigor acadêmico com que a tradução se realizou. Ainda que seu valor literário enquanto obra de divulgação não se coloque em discussão aqui, seu emprego no cenário acadêmico é de validade nula.

É preciso considerar ainda o problema das repetidas traduções e seu impacto para a qualidade do texto a ser interpretado, como mencionamos acima. Não raro, as traduções de textos medievais ao português não percorrem o trajeto direto, da língua de partida ao português moderno, mas se fazem através de outras traduções, mais ou menos modernas, dos documentos medievais e antigos, contendo em si uma dupla interpretação –do tradutor de outra língua estrangeira moderna e do tradutor ao português– bem como, potencialmente, os equívocos interpretativos presentes no texto intermediário do qual se alimenta. Esse é, por exemplo, o caso dos excertos de fontes contidos em muitas das coletâneas de fontes medievais disponíveis nas bibliotecas universitárias⁴⁰. Assim como no caso apresentado acima, referente ao templo de Uppsala, o uso de tais coletâneas é bastante limitado e se preza exclusivamente ao trabalho de divulgação dos materiais produzidos no Medievo, carecendo, por conta de suas limitações, de qualquer valor para o pesquisador da história medieval.

No campo das literaturas em vernáculo, apontamos para o fato de que parte da literatura cortês (aqui mais especificamente a *Höfische Epik* em médio-alto-alemão) é resultado da adaptação de narrativas anteriores. Percebemos, portanto, que se trata de versões de obras em outras línguas, pois “*Wort- und Sinnreue wie beim Wort Gottes oder etwa auch in den Rechtstex-*

³⁹ ADAM de BREMEN. *Hamburgische Kirchengeschichte*, IV, 27, p. 260.

⁴⁰ O tema foi exemplificado em Lukas Gabriel GRZYBOWSKI, “As traduções e a pesquisa em História Medieval, Reflexões sobre um problema”, em Renan Marques BIRRO, André BUE-NO, Dulceli ESTACHESKI, José Maria de Sousa NETO (eds.), *Aprendendo História. Ensino & Medievo*, União da Vitória, Edições especiais sobre onzens, 2019, pp.27-36.

*ten brauchten nicht mehr als Prinzipien einer Übertragung zu gelten*⁴¹. No caso do *Parzival* de Wolfram von Eschenbach, destacam-se: 1) acréscimos narrativos – é dedicado um livro a Gahmuret, pai de Parzival, figura que não aparece na narrativa em francês de Chrétien de Troyes–; 2) alterações significativas de elementos textuais –o Graal passa a ser uma pedra–; 3) criação de uma legitimação narrativa que não passa pelo texto originário de Chrétien –Wolfram atribui a tradução para o francês de uma narrativa original à maestria do provençal Kyot⁴², que teria encontrado em Toledo uma primeira versão dessa obra em escrita pagã–⁴³. O próprio Kyot conheceria a obra de Chrétien de Troyes, mas esse não a teria narrado corretamente; a ponto de irritar aquele⁴⁴.

Para o caso das Legendas, vale no momento da redação o princípio da simplificação de etimologias e a retirada de instâncias de legitimação do texto (tais como Ambrósio, Gregório de Tours e a História da Antioquia), como pode se ver na *Elsässische Legenda Aurea*, versão alsaciana da *Legenda aurea* de Jacobus de Voragine. Para Edith Feistner há uma “Neutralität’ der Bearbeitung”⁴⁵ com a finalidade de facilitar o alcance de públicos variados.

Se comparados os dois processos, dos quais resultaram os textos na variação linguística alemã, notamos que os textos foram adequados aos seus públicos, contextos e objetivos, respeitando o momento de feitura e não dentro de princípios de compromisso com o texto de partida. Um estudo dessas obras requer o reconhecimento de que essas não são produções isoladas e que possuem uma tradição literária na qual elas se inserem. Traduções para as línguas vernáculas modernas não necessariamente levam em consideração essa pré-textualidade.

Ademais, algumas palavras nesses estágios linguísticos são conceitos. Como é o caso do conceito *minne* em médio-alto-alemão, que embora seja comumente traduzido como amor, possui delimitações específicas se comparado ao termo moderno amor (*Liebe*). Dentro da *Höfische Epik* (aqui não se está discutindo *Minnesang*), *minne* é uma idealização, uma terminologia cortês que define relacionamentos baseados na *triuwe* (lealdade), seja entre dama e senhor, seja entre caval(h)eiro e senhor, seja entre todas as figuras e Deus (o senhor dos Senhores): “*liebe und minne waren nicht immer dasselbe, und für*

⁴¹ Karl E. GEITH, “»...wan ich den sin swerer vant denn ich hat gewenet.« Zum Übersetzen im Mittelalter”, en Ulrich STADLER (ed.), *Zwiesprache. Beiträge zur Theorie und Geschichte des Übersetzens*, Stuttgart, Metzler, 1996, pp. 9-20.

⁴² WOLFRAM von ESCHENBACH, *Parzival*, 416, 20-30.

⁴³ *Idem*, 453, 11-14.

⁴⁴ *Idem*, 827, 1-4.

⁴⁵ Edith FEISTNER, *Historische Typologie der deutschen Heiligenlegende des Mittelalters von der Mitte des 12. Jahrhunderts bis zur Reformation*, Wiesbaden, Reichert, 1995, p.259.

*liebe ist immer die Semantik der Freunde mit zu bedenken*⁴⁶. A diferenciação semântica entre os dois termos quando utilizados no mesmo espaço textual, dependerá da interpretação do conjunto narrativo⁴⁷. Um exemplo da dificuldade de tradução do conceito pode ser vista no seguinte verso do *Parzival*: “*strît und minne was sîn ger*”⁴⁸, traduzido por A. R. Schmidt Patier da seguinte forma: “Ansiava ardentemente por luta e amor” (tradução que não se distancia demais daquelas para o alemão moderno de Dieter Kühn, Wolfgang Spiewock e Peter Knecht). Para o leitor moderno, Gahmuret anseia por amor, aquele no sentido de amor romântico, contudo, para o pesquisador do texto essa relação deve ser evitada, na medida em que Gahmuret busca glória e parte dessa glória é o serviço à uma dama em uma corte, da qual poderá vir a fazer parte via casamento, por exemplo. A compreensão da passagem, portanto, vai além de sua tradução; exige do leitor-pesquisador um conhecimento do termo no texto de partida para que depreenda seu sentido mais profundo.

Conclusão

Iniciamos nosso percurso pensando criticamente a tradução como um campo autônomo do conhecimento e destacando processos e reflexões acerca do processo de passagem do texto de partida para o de chegada. Todavia, cientes da impossibilidade de exaurir o tema em toda a sua complexidade, adentramos no espaço que nos cabe na condição de historiadores e medievalistas: pensar criticamente as traduções no medievo e o uso das traduções em línguas estrangeiras modernas, até mesmo em português, nas atividades de pesquisa. Através de nossa análise dos problemas envolvidos na tradução de textos de modo geral, tornaram-se claros os pressupostos que orientam e fundamentam o processo de tradução e seu impacto no material resultante de tal atividade. Como princípio, foi possível estabelecer que o processo de tradução não constitui de mera substituição de vocábulos e estruturas gramaticais em um determinado texto de partida a um texto de chegada, mas, pelo contrário, representa a intervenção ativa do tradutor no texto de partida, através da leitura, compreensão e interpretação deste, e a sua recomposição em um novo texto, que transmite, sem dúvida, grande parte dos elementos presentes no texto de partida, mas é fundamentalmente distinto desse, constituindo expressão própria no texto de chegada. Diferentemente do daquilo que se argumenta em favor do uso das traduções no trabalho de investigação do passado, o texto de chegada, traduzido, não dá acesso direto ao texto de partida, mas, na melhor das hipóteses, apenas um acesso indireto, intermediado pela

⁴⁶ Otfried EHRISMANN e Albrecht CLASSEN, *Ehre und Mut, Äventiure und Minne*, Höfische Wortgeschichten aus dem Mittelalter, München, Beck, 1995, p. 139.

⁴⁷ *Idem*, p. 140.

⁴⁸ WOLFRAM von ESCHENBACH, *Parzival*, 35, 25.

interpretação do tradutor e, portanto, limitado em suas potencialidades para o trabalho do historiador.

Dessas reflexões não decorre que a tradução venha a ser um material desprezível e inútil em sua essência. Pelo contrário, como argumentamos, a tradução de textos produzidos no passado medieval cumpre um papel importante na divulgação da literatura, da história, teologia, entre outros elementos típicos daquela época, a um público amplo e não especializado na investigação do Medievo. Uma boa tradução transporta as ideias e argumentos centrais de textos compostos originalmente em outra língua e época para o português –ou outra língua estrangeira moderna– de modo a tornar parte das expressões dos povos de outras épocas e lugares acessível aos leitores modernos. Todavia, o pesquisador especialista no tema, diferentemente do público amplo, não pode sustentar sua análise dessas expressões das culturas passadas sobre a interpretação de um intermediador moderno, sob pena de restringir, ao menos parcialmente, sua análise à interpretação do tradutor, em vez da expressão do autor do texto, por um lado; e, por outro lado, potencialmente reproduzir equívocos ou tendências presentes no texto de chegada, expressão do papel ativo do tradutor, como sendo marcas não deste último, mas sim do autor do texto de partida e de sua própria época.

Diante do exposto, torna-se evidente que o trabalho de investigação do passado medieval precisa necessariamente acessar os documentos na sua expressão textual originária, através das edições críticas ou, preferencialmente, dos próprios manuscritos, testemunhos não somente textuais de sua época, mas também expressão cultural e material do Medievo, que trazem em si as marcas de um período de outro modo pouco familiar e pouco inteligível para o mundo moderno. Através de suas análises e interpretações das expressões textuais do Medievo, o pesquisador moderno torna as experiências temporais de povos e culturas passadas inteligíveis para o público moderno. Para tanto é imprescindível que acesse os textos da maneira mais direta, jamais através da interpretação de um intermediário, tradutor, exceto nos casos de absoluta impossibilidade, como quando os textos de partida se perderam ao longo do tempo, restando somente versões traduzidas dele. Assim como o pesquisador da arte precisa analisar a obra de arte a fim de interpretá-la e esclarecê-la para o público, também o historiador precisa analisar o texto. E tal como o historiador da arte não deve se fiar em uma descrição da obra de arte, sem realmente vê-la para realizar seu trabalho, o historiador não deve seguir a tradução, que pouco mais é que a descrição em uma língua moderna, de um texto medieval, independentemente da língua utilizada na sua composição, ou da capacidade do tradutor.

Fecha de recepción: 22 de febrero de 2020

Fecha de aceptación: 18 de abril de 2020